

**ILMO SR. PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MARICÁ - RJ**

Pregão Presencial nº 44/2022

Processo Administrativo n.º 14095/2021

A sociedade empresária **HAWK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 16.930.136/0001-30, empresa regida pelas Leis brasileiras, com sede na Estrada do Bananal, 515, Freguesia - Jacarepaguá - Rio de Janeiro - RJ. vem através do presente, apresentar, mediante seu representante legal infra ratificado,

CONTRARRAZÕES

ao Recurso interposto pela **CARIOCA VIGILÂNCIA LTDA**, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

A empresa **CARIOCA VIGILÂNCIA LTDA** recorre da classificação da empresa ora recorrida, trazendo argumentos totalmente desprovidos de fundação fática e legal, merecendo a IMPROCEDÊNCIA de seu recurso, na íntegra, senão vejamos:



Razões de Recorrída

I - DA BUSCA PELO MENOR PREÇO E CONDUTA ESCORREITA DA PREGOEIRA

A recorrente inicia seu recurso discordando, genericamente, dos critérios utilizados pela Pregoeira para encontrar, na disputa, o menor preço global.

A verdade é que a Pregoeira agiu com o objetivo de buscar as melhores propostas com o critério do menor preço, e tal conduta é totalmente compatível com os princípios basilares a que se submete o certame.

De outro lado, não se vislumbra qualquer cerceamento à competitividade. As empresas estavam livres para ofertar seus lances e a Recorrente apresentou proposta muito superior a de seus concorrentes, ficando fora de alcance do páreo das primeiras colocações.

É por todos conhecidas as regras comezinhas dos pregões presenciais e eletrônicos. As empresas estavam em liberdade pra ofertar seus preços no Pregão em tela, tendo a recorrente ofertado um preço que lhe retirou, no ranking classificatório, das empresas que detinham os melhores preços. Tal resultado se deu regularmente, sem qualquer interferência, mas por uma questão de preço ofertado pela Recorrente.

Segundo o Instrumento Convocatório, que faz lei entre as partes, serão classificados pelo Pregoeiro, para ingresso na fase de lances verbais, o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos



e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente a de menor preço. Vejamos:

755



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE TRÂNSITO E ENGENHARIA VIÁRIA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	14095/2021
Data do Início	17/12/2021
Folha	755
Rubrica	

11.3 – Serão qualificados pelo Pregoeiro, para ingresso na fase de lances verbais, o autor da proposta de Menor Preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente a de menor preço.

11.4 – Quando não forem verificadas, no mínimo, 3 (três) propostas escritas nas condições definidas no subitem 11.3 o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

Portanto, não merece prosperar o argumento da Recorrente quanto a suposta afronta a competitividade.

II – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS ADEQUADA AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO EDITAL

Quanto a Planilha de composição de custos elaborada pela recorrida e devidamente aprovada pela Comissão de Licitação, a recorrente refutou-a alegando que *"consta na planilha da empresa recorrida 86 (oitenta e seis) vigilantes noturnos com jornada de 12x36, quando na verdade deveria ter precificado o total de 172 (cento e setenta e dois) funcionários."*

Continuou a Recorrente, alegando ainda que o mesmo erro teria ocorrido ao relacionar a quantidade de vigilantes noturnos que possuem a jornada de 12x36, haja vista que o edital exige 176 (cento e setenta e seis) profissionais e a planilha de composição de custos apresentada pela empresa classificada constam apenas 88 (oitenta e oito pessoas).



Derradeiramente, aduziu que no que diz respeito ao supervisor de área, o edital exige a presença de 04 (quatro) profissionais e na planilha apresentada, teriam constado apenas 02 (dois).

Sem razão a recorrente.

A empresa HAWK, ora recorrida, considerou a quantidade de efetivo **exatamente igual ao solicitado no termo de referência.**

A alegação por parte da recorrente provavelmente é motivada por um **erro de interpretação**, ou quiçá falta de *expertise*, visto que na proposta da recorrida e suas planilhas de custos, **fora mencionada a quantidades de postos, não de funcionários.**

Porém, fica subentendido pela quantidade de postos, a quantidade de funcionários, que está em completa concordância ao discriminado no termo de referência, bastando multiplicar a quantidade de postos pelo número de homens a compor cada posto por turno. Veja-se no Anexo I - A.1, do Edital:



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PROFISSIONAL POR POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR UNITARIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	VIGILÂNCIA DESARMADA - POSTO 12x36 - NOTURNO	POSTO	2	88	R\$ 7.730,04	R\$ 1.360.487,04	R\$ 16.325.844,48
2	VIGILÂNCIA DESARMADA - POSTO 12x36 - DIURNO	POSTO	2	86	R\$ 6.545,60	R\$ 1.125.843,20	R\$ 13.510.118,40
3	VIGILÂNCIA 44 HORAS - DIURNO	POSTO	1	25	R\$ 7.008,08	R\$ 175.202,00	R\$ 2.102.424,00
4	SUPERVISÃO DE ÁREA 12x36 - DIURNO	POSTO	2	2	R\$ 9.267,09	R\$ 37.068,36	R\$ 444.820,32
5	SUPERVISÃO DE ÁREA 12x36 - NOTURNO	POSTO	2	2	R\$ 11.044,61	R\$ 44.178,44	R\$ 530.141,28
TOTAL						R\$ 32.913.348,48	

Ad argumentadum tantum, caso essa comissão entendesse diferente (o que não se espera), a empresa defendente se compromissaria em ajustar e esclarecer a planilha, sem alteração no preço global.

Como regra, o Tribunal de Contas da União compreende possível permitir que a empresa ofertante da melhor proposta possa corrigir a planilha apresentada durante o certame, mas não é o caso.

Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1.811/2014 - Plenário).



**Reafirme-se, todavia, NÃO HAVER ERRO NO QUANTITATIVO
EXISTENTE NA PLANILHA DA RECORRIDA.**

III - DA CORRETA CONSIDERAÇÃO DOS VALORES PAUTADOS NA CONVENÇÃO COLETIVA DE 2022/2023

A Recorrente indigna-se em seu recurso alegando que:

"Além de todas as supressões já citadas, salienta-se que no que tange ao piso salarial, bem como alimentação também não se coaduna com a convenção Coletiva do Trabalho aplicada à presente licitação, razão pela qual a proposta merece ser desclassificada."

Equivoca-se a Recorrente ao afirmar que o piso salarial, bem como o valor do vale alimentação ou refeição utilizados pela HAWK na planilha de custos supostamente não condizem com convenção coletiva de trabalho.

Primeiramente, observe-se que a convenção coletiva de trabalho RJ 000198/2022, utilizada pela Recorrida, possui vigência no período de **2022 e 2023**.

Outrossim, impressiona a desatenção da Recorrente quanto aos parâmetros a serem utilizados para elaboração da Planilha, e insiste em contrariar as regras determinadas pelo Edital e esclarecidas pelo Pregoeiro, num esforço Hercúleo para, infundadamente, tentar convencer sobre a suposta inadequação da Recorrida.



Frise-se, a Recorrida parametrizou sua planilha em completa consonância ao determinado no Edital, vejamos:

Através dos esclarecimentos respondidos pela comissão de licitação, não restam dúvidas que os valores a serem utilizados são os referentes ao **ano de 2022**, conforme questionamento realizado e respondido no esclarecimento feito abaixo:

"2. Em atenção aos itens 19.3 e 19.3.2 do edital PP 44/2022, que mencionam que os pedidos de esclarecimentos podem ser enviados para o e-mail maricacpl@gmail.com até um dia útil antes do certame, a ser realizado no dia 13/01/2023, às 14h, Vimos, respeitosamente, solicitar os 2 esclarecimentos a seguir: Considerando que o item 07.2 do supracitado edital menciona que a convenção coletiva de trabalho a ser utilizada é a RJ000198/2022, Considerando que o parágrafo quarto da referida convenção prevê, já a partir do último dia 01/01/2023, um reajuste automático de salário pelo índice do INPC acumulado no período de 01/01/2022 a 31/12/2022 mais ganho real de 3%, e, ainda, um reajuste automático de tíquete refeição pelo índice do INPC acumulado no período de 01/01/2022 a 31/12/2022 mais ganho real de 2% (link de referência: <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mmediador/Resumo/ResumoVisualizar?NrSolicitacao=MR003308/2022>), Considerando que o INPC



acumulado no período de 01/01/2022 a 31/12/2022 foi de 5,93%, conforme divulgado pelo IBGE hoje (link de referência: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/inpc-indice-quereajusta-aposentadorias-pensoes-do-inss-acima-do-salario-minimo-fica-em593-25641547.html>),

1.1) Qual o valor do salário que deve ser utilizado no preenchimento da planilha de custos do vigilante: 1.662,20 (sem reajuste) ou 1.810,63 (com reajuste de 8,93%)? 1.2) Qual o valor do salário que deve ser utilizado no preenchimento da planilha de custos do supervisor de área? 2.494,58 (sem reajuste) ou 2.717,35 (com reajuste de 8,93%)? 1.3) Qual o valor do tíquete refeição que deve ser utilizado no preenchimento das planilhas de custos de ambos profissionais acima? 31,95 (sem reajuste) ou 34,48 (com reajuste de 7,93%)?"

"R. Em resposta aos questionamentos nº 1.1, 1.2 e 1.3, informamos:

Levando-se em consideração que a CCT utilizada para balizar os custos tem vigência até dezembro de 2023, as empresas licitantes deverão utilizar em suas planilhas de custo os valores de salários, bem como valor de ticket de refeição nela contidos, ou seja; Vigilante = 1.662,20, Supervisor = 1.810,63 e Ticket Refeição = 31,95."



Logo, o argumento da recorrente não deve prosperar, visto que a recorrida **utilizou os valores relacionados ao ano de 2022, que se encontram devidamente de acordo com o esclarecimento feito pela comissão de licitação.**

IV - O PRIMADO DA LEI COMO PRESSUPOSTO LÓGICO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

A despeito de funcionar como ferramenta imprescindível para a garantia da segurança jurídica durante a licitação, deve o instrumento convocatório guardar estrita obediência a outro princípio maior, de estatura constitucional e de extremo relevo para a manutenção das instituições: o da Legalidade.

O denominado **Primado da Lei**, orientador de todo o sistema jurídico brasileiro (integrado à família do *civil law*, cuja origem remonta, sobretudo, à Europa Continental), se manifesta de forma clarividente no Texto Constitucional de 1988, que logo em seu Artigo 5º, inciso II, assim assevera: *ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei.*

À Administração Pública, certo é que o princípio da legalidade irradia seus efeitos com maior latência e intensidade, eis que a atuação do administrador público deve, antes de mais nada, ter na **lei** o seu ponto de partida e o ponto final.

Nesse diapasão, é o que revela a dicção do Artigo 37, *caput* da CF/88: A **Administração pública direta e**



indireta** de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios **obedecerá aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Ainda a respeito do princípio em comento, a Lei 8.666/93, em seu artigo 3º, *caput*, propugna que as licitações serão processadas e julgadas em conformidade com o princípio da legalidade (dentre outros que são enaltecidos pelo preceptivo retro).

Antes e superiormente, a atividade administrativa é atividade *sublegal*, é dizer, a atuação do gestor prende-se ao que reza a lei. Irretocáveis as lições do aclamado professor Celso A. Bandeira de Mello, ao tecer considerações sobre o tema em foco (DE MELLO, 2014, p. 104):

"Assim, o princípio da legalidade é o da completa submissão da Administração às leis. Esta deve tão somente obedecê-las, cumpri-las, pô-las em prática. Daí que a atividade de todos os seus agentes públicos, desde o que lhe ocupa a cúspide, isto é, o Presidente da República, até o mais modesto dos servidores, só pode ser a de dóceis, reverentes, obsequiosos cumpridores das disposições gerais fixadas pelo Poder Legislativo, pois esta é a posição que lhes compete no Direito Brasileiro" (grifos do autor).



V - DO PEDIDO

Reiterando o já exposto, requer que o Recurso da empresa **CARIOCA VIGILÂNCIA LTDA** seja julgado improcedente, tudo em observância ao artigo 37, caput da Constituição Federal, às regras do Edital e da Lei de Licitações, como de direito.

Termos em que,
Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2023.



HAWK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

VINICIO DA SILVA

CPF.: 150.042.327-09

16.930.136/0001-30
HAWK
SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA
Est. do Bananal, 515
FREGUESIA - CEP 22.750-012
RIO DE JANEIRO - RJ

